

EXPRESSO

ADUR

26

Boletim da Associação dos Docentes da UFRRJ – Ano IV – nº 26 – 12/07/2004 – www.adur-rj.org.br

NEGOCIAÇÃO COM GOVERNO NÃO AVANÇA/ COMANDO DE MOBILIZAÇÃO DO ANDES CONTATA PARLAMENTARES/ ADUR APROVA INDICATIVO DE GREVE PARA 27.07.2004

SUPRESSÃO DO RECESSO E DELIBERAÇÕES CONFUSAS AMEAÇAM QUALIDADE DE ENSINO NA RURAL

Com a greve do SINTUR, em maio, e a partir de demandas de segmentos da UFRRJ, o Conselho Universitário, em sua reunião de 18.05.04, discutiu a anulação das aulas ministradas durante o período de 10 a 21 de maio. O entendimento, ao final desta reunião, era que a deliberação tomada ia no sentido de que todas as aulas dadas neste período estavam anuladas. Este entendimento foi o mesmo divulgado em nota, pelo segmento estudantil, onde se lê que a assembléia de estudantes havia tirado a proposta de anulação das aulas ocorridas entre os dias 10/05 e 21/05 e que esta, levada ao CONSU, fora aprovada.

A Diretoria da ADUR foi contra esta decisão, já que invalidava aulas ministradas regularmente, afetava o ritmo e a carga de trabalho docente, e criava um cenário nebuloso e propício a contestações, divisionismos e conflitos entre os segmentos da comunidade. Estas aulas foram dadas em um período em que não havia deliberação em contrário, nem por parte do Movimento Docente nem por parte da Instituição. Na nossa opinião, o CONSU não deveria ter esperado o agravamento da situação para aí então decidir pelo cancelamento retroativo. Ele dispõe de informações e instrumentos suficientes para evitar um quadro que não é novo e que se repete sempre que algum segmento entra em greve.

Infelizmente, de acordo com a documentação que dispomos até o momento, o alerta dado pela Diretoria da ADUR se confirmou. A Deliberação número 11 do CONSU, de 18.05.04, não se refere ao cancelamento, anulação ou qualquer termo equivalente de aulas e avaliações. Ela apenas altera o término do primeiro período letivo para 20 de agosto de 2004. Em 21 de maio, o CEPE aumentou a confusão. Na deliberação nº 44, aquele órgão determinou que os “Chefes de Departamentos façam os professores cumprirem a reposição das aulas e das avaliações de rendimento escolar, realizadas no período de 10 a 21 de maio de 2004, sem a presença plena dos

estudantes regularmente matriculados.” Não se refere a cancelamento ou anulação de aulas, cita aulas e avaliações sem a “presença plena” dos estudantes, mas não define o que seria esta “presença plena”, já que raramente, ao longo de todo o semestre, se tem 100% de presença. Que aulas e avaliações são atingidas por esta Deliberação? Até o momento não dispomos de documentos que esclareçam estas questões.

Também na reunião de 21.05, o CEPE refez o calendário, desconsiderando a qualidade de ensino e tornando ainda mais crítica a carga abusiva de trabalho a que toda a comunidade tem sido submetida. De acordo com este calendário, teremos provas opcionais de 23 a 25 de agosto e o prazo final de entrega de conceitos é 26.08, quinta-feira. Três dias úteis depois, no dia 01 de setembro teríamos o início do 2º período letivo de 2004.

O intervalo de tempo entre semestres letivos existe por questões didáticas, ligadas ao regime de trabalho, ao esforço empreendido no processo de aprendizado e às questões de planejamento e condução administrativa. Neste tempo se prepara os programas das novas turmas, se revisa conteúdos, se quebra a rotina de aulas semanais e se abre espaço para atividades acadêmicas que necessitam de tempo contínuo. Estas atividades são essenciais para que a qualidade do aprendizado seja mantida.

Nos últimos anos, os trinta dias necessários para este espaço foram reduzidos para quinze, já trazendo prejuízos. Agora a proposta é de suprimir este recesso, inviabilizando todas estas atividades, agravando a sobrecarga de trabalho para todos os segmentos e comprometendo ainda mais a qualidade de ensino.

Para completar, na Deliberação nº 078, de 18 de junho de 2004, o CEPE decidiu “permitir que a frequência escolar ocorrida no período de 10 a 21 de maio de 2004 seja computada para o cálculo da frequência mínima, para

os estudantes que concluirão o curso de graduação no atual período letivo”. Mais confusão.

A Diretoria da ADUR pautou este assunto para a AG de 12.07.04 e estará encaminhando propostas de alteração deste calendário, de maneira a se respeitar ao

menos 15 dias entre a entrega de conceitos e o início do semestre seguinte. Estaremos também discutindo as outras questões, referentes às deliberações do CONSU e CEPE, suas consequências sobre as atividades acadêmicas e sobre o segmento docente.

RELATÓRIO DO ANDES-SN COM O MPOG, DE 7 de julho de 2004

Presentes: ANDES-SN: Marina Barbosa Pinto, Paulo Rizzo, Márcio Antônio de Oliveira e José Estevão Machado (ADUFC/GT Verbas); MEC: Ronald Pinto; MPOG: Sérgio Mendonça – Secretário de Recursos Humanos, Vladimir Nepomuceno – Diretor de Programas, Marilene Ferrari - Chefe de Gabinete.

A reunião teve início com o Secretário perguntado se as tabelas entregues foram a contento, ao que Márcio respondeu que mais uma vez elas vieram sem ofício explicativo.

Em seguida explicou a origem das tabelas apresentadas – novas simulações a partir das demandas do Movimento; o que não trouxe nenhuma novidade às nossas informações.

Marina apresentou as decisões da reunião do Setor das IFES: a proposta quantificada e apresentada sobre a forma de tabela e o indicativo de greve para o dia 27 de julho.

Marina destacou a divergência entre os montantes da proposta de abril e os atuais 231 milhões e reafirmou que o fato do MPOG não ter apresentado explicações metodológicas sobre suas tabelas gera mais confusão.

Marilene insistiu que as tabelas de abril chegaram a todos por divulgação em “home page” e na Mesa Nacional e que desde aí o governo trabalha com 231 milhões para o reajuste dos docentes de 3º grau. Marilene afirmou que as diferenças de montantes talvez possam ser explicadas pelo fato do cálculo do MPOG ser feito com base em média do valor da GED.

Paulo Rizzo reapresentou a proposta do setor e explicou a sua metodologia. Sérgio afirmou que não há perda de nenhum centavo da proposta de abril e voltou a explicar sobre os PL de reajuste dos servidores em 2004 (2,09 bilhões).

O secretário afirmou que já se está caminhando para o final de negociação com o SINASEFE sobre o reajuste para a base do 1º e 2º grau, o que, para o secretário, abrange os docentes de 1º e 2º grau do ANDES-SN.

Paulo Rizzo afirmou nossa posição de unidade para tratar desta questão e lembrou o risco de distorções oriundas desta divisão.

O secretário afirmou que acredita que há disposição do SINASEFE para acordo e que é uma opção do Ministério este procedimento. Nesse sentido, afirmou que a única opção é aplicar o valor para todos da base de 1º e 2º grau.

O secretário voltou a afirmar que não há mais dinheiro e que o PL sobre a liberação orçamentária deve ser aprovado ainda esta semana. Se isso se der, o governo fará as MPs para o pagamento em folha extra. Neste momento, a presidente indagou se as MPs vão ser para as categorias que assinaram o acordo e se também vão abranger as propostas originais não acordadas. Ao que o secretário respondeu que esta é uma decisão do governo e ressaltou que, se houver

acordo com o SINASEFE, dos 905 mil servidores fica faltando somente a base do ANDES-SN (+/- 73000 docentes).

O Diretor Vladimir afirmou então que a proposta de abril não foi retirada da mesa, o que não significa que vá ser assumida desta forma pelo governo.

Estevão questionou o fato de que a proposta original é incompatível com o princípio já acordado de fim da produtividade com criação de nova gratificação isonômica e paritária.

Vladimir respondeu que é verdade e que se apresentam nas negociações com os servidores públicos, até o momento, diferentes cenários.

No caso do 3º grau a configuração da carreira dificulta a criação de uma nova gratificação isonômica e paritária no limite orçamentário do governo (231 milhões).

Vladimir chegou a afirmar que é possível o MPOG construir outras simulações, uma das quais seria manter a GED e criar nova gratificação fixa igual para todos dentro do limite dos 231 milhões.

Paulo Rizzo perguntou sobre a GID e o secretário respondeu que o valor do montante para a GID, de fato, é maior proporcionalmente que o valor da GED. Então, feitos os acordos em separado, o percentual de aumento da GID será maior e isso se justifica, na visão do governo, por estarem os docentes do 3º grau na lista dos que têm média salarial mais elevada em relação aos demais servidores.

Na seqüência, o representante do MEC, Ronald Pinto, destacou que todos estamos premidos pelo tempo, em especial o governo em função do calendário político do país – as eleições. Afirmou que tem que haver pré-disposição para negociar e não usar os movimentos do governo como elemento de tensionamento e sim de acordo.

Afirmou que “o embate é legítimo, mas que 624 milhões é impossível; então, não adianta brigar por brigar; o ideal é a continuação do processo de negociação. Caso contrário, o governo pode usar a força da MP para resolver o impasse”.

O secretário afirmou que da parte do MPOG há “simpatia pela importância da categoria docente” mas que, neste caso, neste momento, não há espaço para redefinição de montante. Há limite de atuação do MPOG. Neste sentido, qualquer acréscimo orçamentário só pode ser autorizado por outros setores governamentais superiores à SRH.

O secretário se comprometeu a analisar nossa proposta com disposição de apresentar alternativas e dar um retorno em aproximadamente uma semana; solicitou ainda o agendamento de reuniões para antes do dia 24 de julho, ficando já pré-agendada uma reunião para o dia 14 de julho, a ser confirmada.

A reunião teve início às 14h45 e terminou às 16h35.

Diretoria do ANDES-SN

RELATÓRIO DAS ATIVIDADES REALIZADAS PELA Comissão Nacional de Mobilização, PERÍODO: 5 A 9 DE JULHO DE 2004

Comissão/ Professores: Dileno Dustan Lucas de Souza – ASPUV; José da Paz Oliveira Alvarenga – ADUFPB; Reinaldo José Fernandes Pinto - ADUFERPE

Calendário de Atividades

Segunda-feira (5/7/04) – Tarde

Visita ao gabinete de parlamentares buscando informações principalmente em relação à LDO e aos PLs, que tratavam de recursos suplementares para aumento salarial dos Servidores Públicos Federais. A partir dessa visita, colhemos as seguintes informações:

- a LDO ainda não foi votada, o que justifica o atraso das votações devido ao trancamento da pauta;
- a LDO deve ser votada, pois sem essa votação não se inicia o recesso parlamentar;
- o PL que faz menção à alteração do orçamento para viabilizar o aumento dos Servidores Públicos Federais Docentes, até esse momento, não estava na pauta de votação, pois o governo ainda não o tinha enviado.

Segunda –feira (5/7/04) - Noite

Participação na reunião sobre o reajuste dos Servidores Federais, convocada pela Executiva Nacional da CUT (Lúcia Reis) para às 18h.

A reunião começou às 19h, contou com a participação de várias entidades: FASUBRA, CONDSEFE, SINASEFE, ASSIBGE, CNM-ANDES-SN.

A CUT solicitou que a reunião fosse iniciada com informes referentes às negociações com o governo.

A CONDSEFE informou que a mensagem que o governo tinha se comprometido em mandar para o sindicato chegou em cima da hora e que poderia sofrer alterações pela casa civil. Informou também que está havendo, por parte do governo, perseguição e retaliação aos servidores.

A FASUBRA informou que cerca de 33 universidades estão em greve e que a partir do dia 6 chegariam em Brasília as caravanas vindas dos estados. Cerca de 1000 servidores técnicos-administrativos estavam sendo esperados para a manifestação e acampamento em frente ao MEC. Informou ainda, que o governo pediu prazo para nova negociação, porém a base não aceitou. Assim sendo, a tendência do movimento é parar todas as universidades, pois a gratificação proposta pelo governo não atende ao acordo feito.

O SINASEFE informou que acontecerá uma plenária no próximo final de semana, na qual será encaminhada proposta de greve uma vez que a proposta feita pelo governo não foi aceita.

A CNM / ANDES informou sobre a reunião dos setores das IFES, ocorrida em Brasília no dia 3/7/04, na qual foi deliberada deflagração de greve a partir de 27 de julho de 2004.

A CUT avaliou a necessidade de concentrar esforços para que a LDO seja aprovada para que, a partir daí, o reajuste seja dado por meio de MP. A representante da CUT informou ainda que todos estavam negociando exceto o ANDES. Porém, quando questionada sobre essa afirmação, não soube dizer como poderia haver acordo sem o PL estar em tramitação.

Foi acordado que a CUT deveria encaminhar as últimas deliberações ocorridas na reunião dos SPFs, ou seja, formalizar pedido de audiência com a Casa Civil e Ministério do Planejamento e reinstalar a Mesa Nacional de Negociação.

Terça –feira (6/7/04) Manhã

Entramos em contato com vários parlamentares entregando o texto do ANDES-SN sobre o histórico das nossas negociações com o MPOG e MEC.

1-Visita ao gabinete da deputada Luciana Genro (Representante na Câmara da Frente Parlamentar em Defesa da Universidade Pública), para marcar uma reunião da Diretoria do ANDES-SN com a Frente Parlamentar em Defesa da Universidade Pública visando discutir pontos da contra-reforma fatiada que está sendo implementada pelo Governo Lula:

2 - Visita ao gabinete do deputado Gilmar Machado (Representante do Governo na Comissão Mista de Orçamento), a fim de obter informações sobre o PL de emenda suplementar para reajuste dos docentes do ensino de 1º, 2º e 3º graus.

O deputado nos atendeu e informou que estava disposto a se empenhar para que este orçamento suplementar fosse aprovado atendendo às reivindicações do ANDES-SN. Informou que o governo estava apresentando proposta de orçamento suplementar na ordem de 2 bilhões de reais a fim de atender às reivindicações dos Servidores Públicos Federais. Também informou que, a partir das 15 horas, a Comissão Mista de Orçamento estaria reunida para avaliar e votar a dotação suplementar. Sendo que o grande problema, na avaliação do deputado, é o bloco PFL/PSDB, que estava obstruindo a pauta de votação devido à aprovação do salário-mínimo de R\$ 260,00 e das liberações de recursos para os seus aliados.

3- Participação do ato público da FASUBRA.

Terça –feira (6/7/04) Tarde

1- Estivemos na Comissão Mista de Orçamento e contactamos alguns parlamentares do PFL. Sobre a obstrução da pauta, fomos informados de que haviam feito um acordo com as lideranças dos partidos, e a pauta seria desobstruída. O PFL estava obstruindo as votações porque queria que a AGU revisse seu parecer sobre a liberação de verbas, no período eleitoral, para obras que ainda estão no papel, alegando que estava ocorrendo a liberação de emendas de parlamentares da base de apoio do governo, em detrimento dos parlamentares que votaram favoravelmente ao salário-mínimo de R\$ 275,00. Mas as lideranças dos partidos presentes, inclusive PFL, acordaram desobstruir a pauta desde que fosse votada separadamente a verba destinada à compra de aviões (parlamentares opositoristas defendem a votação separada, com o objetivo de rejeitar a parcela da Aeronáutica, uma vez que parte dela destina-se à aquisição da nova aeronave a ser utilizada pelo presidente da República). Dentro deste montante, 2 bilhões seriam para reajuste dos servidores públicos federais e crédito suplementar de R\$ 321 milhões, dos quais R\$ 22 milhões serão para a Polícia Rodoviária Federal, R\$ 50 milhões para o Sistema de Vigilância da Amazônia e R\$ 249 milhões para compra de aviões pela Aeronáutica.

Foi acordado que a dotação suplementar seria votada em separado, ou seja, primeiro a dotação suplementar para a Polícia Rodoviária Federal e a dotação suplementar de R\$ 249 milhões para compra de aviões pela Aeronáutica seria remetida ao Plenário da Câmara (avião presidencial). Diversos pontos da dotação foram votados e, quando se chegou nos PLs

de dotação suplementar para a Polícia Rodoviária Federal e compra dos aviões, o PT recuou e não quis referendar o acordo que tinha negociado horas antes. Desta forma foram obstruídas novamente as votações. Diante do impasse, a votação foi prorrogada para o dia seguinte.

Distribuímos o texto produzido pelo ANDES-SN sobre o histórico das negociações para todos os parlamentares com os quais entramos em contato, solicitando empenho nesta votação.

2) Visita ao gabinete da senadora Heloísa Helena (Representante no Senado da Frente Parlamentar em Defesa da Universidade Pública) para marcar uma reunião da Diretoria do ANDES-SN com os parlamentares que compõem a Frente Parlamentar em Defesa da Universidade Pública visando a discutir pontos da contra-reforma fatiada que está sendo implementada pelo Governo Lula.

A Senadora Heloísa Helena nos atendeu com a disposição em denunciar na plenária do Senado as falsas negociações do Governo Federal, utilizando o texto do ANDES-SN como referência. Também se comprometeu a marcar a reunião da Diretoria do ANDES-SN com a Frente Parlamentar em Defesa da Universidade Pública para o dia 10 ou 11 de agosto.

Quarta –feira (7/7/04)

A Diretoria do ANDES-SN e CNM atuou com o trabalho de interlocução junto aos parlamentares que apresentaram emenda de crédito suplementar para a Lei Orçamentária, tendo em vista a ampliação dos recursos para o reajuste dos SPF. Dentro desta comissão existiam 4 projetos de lei que tratam da emenda de crédito suplementar para a Lei Orçamentária. Nesta noite, foi aprovado projeto de lei nº 02/004, que modifica o Orçamento de 2004, acrescentando R\$ 253 milhões de reais ao limite de R\$ 650.000, do PL 33, totalizando R\$ 903 milhões para reestruturação de carreiras. O PL prevê, também, a redução de R\$ 150 milhões para o provimento de cargos e funções vagos ou criados no Poder Executivo. Além deste PL, existem mais três que são: PL 33, 08 e 38. Sendo que o PL 08/004 amplia o orçamento suplementar em mais 800 milhões de reais para reestruturação da carreira.

Quinta –feira (8/7/04) manhã

Estivemos no Congresso Nacional acompanhando a votação dos PLs.

Quinta –feira (8/7/04) tarde

Participamos na UNAFISCO-sindical da reunião do CONLUTAS.

Inicialmente foram passados diversos informes referentes às manifestações dos estudantes em Florianópolis; em relação à greve das Universidades Estaduais Paulistas; eleição de sindicatos; e à movimentação de diversos sindicatos que começam a discutir se ainda é possível estabelecer diálogo com a CUT.

Em seguida, passou-se à avaliação da manifestação do dia 16/6/04, em Brasília, sendo que a conclusão consensual é de que a repercussão foi bastante positiva e que se deve estimular a sua continuidade.

Sexta –feira (5/9/04) Fechamento do relatório

Conclusão dos Trabalhos

A CNM, durante essa semana, se concentrou em estabelecer contatos com os parlamentares no Congresso Nacional a fim de viabilizar nossa campanha salarial, porém o que percebemos é que os governistas assimilaram com muita propriedade as práticas dos governos aos quais foi oposição e as aprimoraram, assim, obstruções foram constantes. Percebemos uma prática inversa àquilo que se denominou chamar de democracia e que durante muito tempo foi defendida por parlamentares que, na prática, sempre se colocaram ao lado dos movimentos sociais, mas que agora fazem várias restrições para apoiá-los.

Diante do exposto, entendemos que é preciso estabelecer outro tipo de relação com esses parlamentares, bem como, pedagogicamente, procurarmos enfrentar a resistência de diálogo com aqueles parlamentares que sempre foram contrários aos movimentos sociais.

Especificamente em se tratando da CUT nos parece clara sua intenção de diálogo com os movimentos sociais num processo substitutivo àquela relação que deveria ser feita pelo governo, o que certamente compromete a autonomia da central e a coloca como muleta governamental; referente ao acompanhamento feito à comissão mista de orçamento, o que mais emperrou o processo foi o governo ter no PL 7 associado recursos para a suplementação salarial de Servidores Públicos Federais e recursos suplementares para pagar 150 milhões do avião comprado pelo presidente da república.

Pendências: Verificar se os PLs que tratam da suplementação orçamentária para reajuste salarial dos Servidores públicos Federal foram aprovados pelo plenário da Câmara dos Deputados, em especial os que tratam de suplementação para reajuste de Docentes das IFES, quais sejam: PL:2, PL:8, PL:33.

ADUR APROVA INDICATIVO DE GREVE PARA 27.07.2004

Na reunião da Assembléia Geral Permanente, de 07.07.2004, com a presença de cerca de oitenta filiados, a ADUR decidiu, por ampla maioria, pelo indicativo de greve para o dia 27.07.2004, que havia sido remetido pelo Setor das IFES. Foi também discutida a situação atual na UFRRJ, em que as aulas vêm sendo ministradas sem condições adequadas de vida no campus. Foi tirada uma comissão para a elaboração de um documento dirigido ao CONSU, que reafirme a solidariedade e o respeito à autonomia dos movimentos dos outros segmentos da Rural, bem como a nossa posição histórica para que as aulas sejam dadas sempre com as condições que permitam uma boa qualidade de vida e de ensino. Este documento deverá cobrar também uma solução urgente para esta questão, de modo a que não traga mais prejuízos para toda a comunidade.